

Inserção externa e perfil do comércio externo: uma comparação entre o caso chinês e a América Latina desde os anos 80 do século passado*

Fernando Augusto Mansor de Mattos**

Marcelo Dias Carcanholo***

Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense-UFF e Pesquisador do PNPd do IPEA

Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense-UFF e Pesquisador do PNPd do IPEA

Resumo

O artigo compara a evolução do comércio externo da China com o da América Latina, destacando as diferentes estratégias adotadas desde os anos 80 do século passado para as respectivas inserções internacionais. A participação da China no Produto Interno Bruto (PIB) e no comércio mundiais cresceu mais do que a da América Latina. As conclusões mostram também que os resultados da inserção internacional chinesa, medida pelo perfil do comércio exterior, foram melhores do que os da América Latina e, em especial, dos países selecionados na última seção do estudo: Brasil, Argentina e Chile. As exportações chinesas mostraram-se crescentemente voltadas para produtos intensivos em tecnologia, enquanto as exportações dos países selecionados têm revelado um processo de reprimarização, o que pode prejudicar o desempenho econômico desses países no futuro.

Palavras-chave: comércio externo; China; América Latina.

Abstract

This article compares the evolution of the foreign trade of China and that from Latin America since the 1980s. Chinese share in the world GDP and foreign trade increased since the 80s, while Latin America share decreased. The conclusion also highlight that Chinese exportations have been showing an increasing participation of high technology products, while the exportation of Brazil, Argentina and Chile have been showing a process of reprimarization. This reality menaces the economic dynamism of these countries in the near future.

Key words: foreign trade; China; Latin America.

* Artigo recebido em 05 nov. 2012.

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: fermatt@uol.com.br

*** E-mail: mdcarc@uol.com.br

Introdução

Este artigo, que trata da evolução comparada do comércio externo da China e da América Latina nas últimas décadas, é formado por três seções, além de uma conclusão. Na primeira seção, destacam-se as diferenças na natureza das respectivas inserções externas da China e da América Latina diante do cenário da chamada globalização econômica dos últimos 30 anos. Nessa seção, são apresentados dados que revelam o maior crescimento da China, em comparação com a América Latina, bem como a crescente expansão chinesa no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Refuta-se o argumento liberal segundo o qual a China teria praticado uma estratégia de abertura comercial “pró-mercado”, destacando-se que, na realidade, o Estado chinês implementou uma estratégia de desenvolvimento intervencionista e que promoveu uma inserção mais qualificada de sua economia no cenário internacional, especialmente se comparada com os resultados obtidos pelo conjunto de países da América Latina, que adotou o receituário econômico conservador, e cuja pauta de comércio externo percebeu uma ampliação dos produtos de menor valor agregado e menos grau de incorporação tecnológica. A segunda seção reúne dados que revelam que o mercado latino-americano se tem mostrado crescentemente mais importante para a China nas últimas décadas, assim como a economia chinesa tem sido cada vez mais importante para os países latino-americanos. Na terceira parte, essa crescente interação entre as economias chinesa e latino-americana merece análise mais detalhada, como forma de qualificar e compreender as diferentes estratégias de desenvolvimento adotadas respectivamente nas últimas décadas. Por restrição de espaço — e como forma de explicitar certos aspectos da evolução recente do comércio exterior dos países — são escolhidos três (Brasil, Argentina e Chile) para que sejam estudadas as respectivas evoluções recentes do perfil do comércio exterior segundo origem-destino e segundo o tipo de produto das respectivas pautas de comércio exterior. Na **Conclusão**, são retomadas brevemente algumas evidências reveladas pelos dados.

1 Inserções externas diferenciadas de China e América Latina

Nas últimas duas décadas do século passado, a economia mundial perdeu dinamismo. Entretanto a China mostrou um comportamento distinto, sustentando um crescimento constante. Entre 1979 e 2008, a economia chinesa cresceu 9,8% ao ano, em média. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe,

China ha logrado una tasa de crecimiento medio anual cerca a los dos dígitos. Este proceso sostenido de crecimiento ha sido liderado, principalmente, por las industrias manufacturadas, de la construcción y de servicios (CEPAL, 2010, p. 7).

Pelo que se pode ver na Tabela 1, a taxa de crescimento real do PIB na China sempre foi extremamente elevada nos últimos 30 anos, estando muito acima dos valores médios de todas as economias avançadas e em desenvolvimento. Isso ocorreu tanto nos períodos fora da recessão mundial quanto nos momentos de maior impacto da crise econômica (2007-09). A taxa de crescimento da economia chinesa, em 2009, foi de 8,7%, e, no terceiro trimestre desse ano, comparado com o mesmo período do ano anterior, foi de 9,1%; no último trimestre de 2009 foi de 10,7% (CEPAL, 2010).

Tabela 1

Taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto em regiões e países selecionados — 1983-90, 1992-2000 e 2002-08

REGIÕES E PAÍSES	1983-90	1992-2000	2002-08
Economias avançadas	3,8	3,0	2,2
Estados Unidos	4,0	3,8	2,3
União Europeia	2,8	2,3	2,2
Economias em desenvolvimento	3,6	3,8	6,8
China	9,8	10,6	10,5
Índia	5,7	6,0	7,8
América Latina e Caribe	1,8	3,2	4,1
Brasil	2,4	2,7	3,9
Mundo	3,7	3,3	4,2

FONTE: Silva (2010, p. 5).

Ou seja, a economia chinesa terminou o ano de 2009 em aceleração, a despeito de esse ter sido o ano em que a crise mais intensamente afetou a atividade econômica, tanto na própria China quanto na maior

parte dos países desenvolvidos, ou não. A recuperação da economia chinesa, observada já no final de 2009, deveu-se a um vigoroso pacote de medidas macroeconômicas adotadas pelo governo chinês, dentre as quais se destacaram elevados investimentos públicos em infraestrutura.

Por sua vez, desde 1983 a região da América Latina e Caribe tem revelado uma taxa de crescimento médio do seu PIB inferior à taxa: esteve abaixo da média de crescimento não só da economia mundial, mas também (e principalmente) se comparada com a taxa média das economias em desenvolvimento. A economia brasileira seguiu esse comportamento mais geral da América Latina e Caribe.

Esse maior protagonismo da economia chinesa implicou um forte avanço de sua participação no PIB global. A Tabela 2 mostra que, em 1986, a economia chinesa correspondia a 1,6% do PIB global¹. Essa participação, no ano 2000, já chegava a 3,8%, avançando para 5,3% e 6,6% em 2005 e 2008 respectivamente. Ainda em termos de participação absoluta, trata-se de um valor bem inferior ao que apresenta o total das economias avançadas — em especial, dos Estados Unidos e da União Europeia —, mas considerável, se observadas todas as economias em desenvolvimento e a trajetória das principais economias do mundo.

Comparando a economia chinesa com as outras que compõem as chamadas economias em desenvolvimento, constata-se que, em 1986, ela não era a principal. Tanto a região inteira da América Latina e Caribe superava a participação chinesa, com 4,6% do PIB global, como também a economia brasileira, com 2,4% do PIB global. Já em 1995, o quadro começa a se alterar. A economia chinesa, nesse ano, representava 3% da economia global, superando os 2,2% da economia brasileira, mas ainda inferior aos 4,3% da América Latina e Caribe. Em 2005, enquanto esta última representava 4,3% da economia global, e a economia brasileira, 2,1%, a China já estava em 5,3%. Essa reestruturação se consolida em 2008, quando os 6,6% da economia chinesa superavam em dois pontos percentuais

a América Latina e Caribe, e equivaliam a três vezes a participação da economia brasileira no PIB global.

Tabela 2

Participação percentual no Produto Interno Bruto global em regiões e países selecionados — 1986-2008

REGIÕES E PAÍSES	1986	1990	1995
Economias avançadas	83,8	81,5	80,4
Estados Unidos	31,2	29,6	29,8
União Europeia	29,2	28,5	27,4
Economias em desenvolvimento	16,1	18,4	19,4
China	1,6	1,9	3,0
Índia	1,1	1,1	1,3
América Latina e Caribe	4,6	4,0	4,3
Brasil	2,4	2,1	2,2
REGIÕES E PAÍSES	2000	2005	2008
Economias avançadas	79,3	76,6	74,4
Estados Unidos	30,9	30,4	29,5
União Europeia	26,8	25,6	25,0
Economias em desenvolvimento	20,6	23,3	25,5
China	3,8	5,3	6,6
Índia	1,5	1,8	2,1
América Latina e Caribe	4,4	4,3	4,6
Brasil	2,0	2,1	2,2

FONTE: Silva (2010, p. 11).

NOTA: Em dólares constantes do ano 2000.

Ao analisar as economias avançadas, percebe-se que, embora mantendo grande participação no PIB global, essa participação cai de 83,8% em 1986 para 79,3% em 2000, e para 74,4% em 2008, trajetória que é acompanhada por Estados Unidos e União Europeia, ainda que os primeiros de maneira mais oscilante, no período.

A região da América Latina/Caribe, comparando 1986 e 2008, está no mesmo patamar de 4,6% do PIB global, tendo se recuperado no final desse período, uma vez que essa participação se reduziu em vários momentos, ao longo dessas duas décadas.²

Constatada a reestruturação na participação dessas economias no PIB global, quais serão as causas

¹ A Tabela 2 mede, segundo a metodologia de dólares constantes, no caso, de 2000, e não a que se baseia na paridade do poder de compra. "A metodologia da paridade do poder de compra, como se sabe, infla de forma significativa o produto dos países mais pobres. É mais adequada para uma análise do bem-estar das populações do que para uma avaliação do tamanho relativo das economias nacionais e de suas interações na economia global" (Silva 2010, p. 10). Esse autor remete para Milanovic (2005, cap. 2) uma discussão detalhada sobre a comparação entre as distintas metodologias.

² O movimento geral dos dados da América Latina e Caribe revela uma queda no período em questão. O aumento recente entre 2005 e 2008 tem que ser avaliado com cuidado, uma vez que pode representar um efeito-composição decorrente do maior impacto que a crise teve sobre as economias avançadas; ademais, deve-se sublinhar que o agregado América Latina e Caribe encerra uma forte heterogeneidade de situações, reunindo tanto países que, em grande medida, viviam de transferências de divisas de seus emigrantes, quanto países que realizaram um esforço de políticas anticíclicas para sustentar a renda nos anos mais agudos da atual crise.

desse processo? Diferentes estratégias na inserção internacional de cada uma delas podem estar relacionadas aos resultados encontrados?

A teoria social conservadora, e, em especial, o pensamento econômico neoliberal, imputa esse resultado diferenciado da China a uma eventual bem-sucedida estratégia de reformas de abertura pró-mercado, implementada desde o final da década de 70 do século passado.³ Segundo esse tipo de pensamento, o desempenho da economia chinesa seria um tipo de contraexemplo para as experiências não muito bem-sucedidas do neoliberalismo na América Latina. Nesse diagnóstico, as experiências latino-americanas manifestariam ineficiência na aplicação das reformas estruturais, como se a América Latina as tivesse implementado de forma incompleta e/ou insuficiente, enquanto a China as teria implementado da forma correta, intensiva e extensivamente. Veja-se, pois, ainda que de maneira sucinta, como se deram estes processos.

Ao contrário do que pode ser imaginado, o neoliberalismo não se define no plano de abstração da política econômica, isto é, não é o caráter ortodoxo ou heterodoxo de uma política econômica que define o neoliberalismo. Ele se define em um nível de abstração maior, no das estratégias de desenvolvimento. A lógica de sua estratégia se dá pela defesa de dois componentes: (i) a obtenção da estabilização macroeconômica (controle da inflação e obtenção de superávits primários nas contas públicas); e (ii) a aplicação de reformas estruturais que desregulem, flexibilizem e abram os mercados para a concorrência externa. Segundo o pensamento neoliberal, o primeiro componente seria apenas uma pré-condição para qualquer medida mais estrutural, não importando de que forma⁴ seja obtida a estabilização, enquanto o segundo seria, de fato, o responsável pela construção do ambiente favorável à livre iniciativa e promoção da concorrência que levariam ao crescimento e à distribuição de renda. Essa era a promessa neoliberal desde o final dos anos 70 do século passado.

A partir desse momento, com as experiências pioneiras no cone sul do Continente, até a hegemonia

do neoliberalismo nos anos 90, essa estratégia foi aplicada na América Latina, mas a promessa não se cumpriu⁵. Os pífios resultados apresentados pela região nas Tabelas 1 e 2 atestam isso.

Do ponto de vista da abertura externa (comercial e financeira), a Região vivenciou o aprofundamento de sua restrição externa estrutural ao crescimento. Esse processo de inserção externa passiva levou a uma enorme dependência dos fluxos de capitais externos para o fechamento das contas do balanço de pagamentos, dentro de um ambiente em que o sistema financeiro internacional é instável. Ao mesmo tempo, também promoveu o aumento da vulnerabilidade externa dessas economias, no sentido de que reduziu a capacidade das mesmas para resistir e/ou combater os choques externos que ocorreram a partir daquele momento, e, concomitantemente, aumentou o custo econômico, social e financeiro para reagir a eles.

A abertura comercial, especificamente, promoveu — em associação com a valorização cambial — a construção de elevados déficits comerciais, que precisaram ser financiados. De uma forma mais estrutural, ela gerou uma espécie de processo de substituição de importações às avessas, isto é, o fato de os produtos importados ficarem mais baratos que os de produção doméstica por um determinado tempo levou à quebra de algumas empresas nacionais que produziam esses produtos. Quando as economias tentavam retomar, de alguma forma, o crescimento de sua atividade e demandar esses produtos, elas eram obrigadas a elevar suas importações. De uma forma ou de outra, essa abertura comercial levou ao aumento estrutural da necessidade de financiamento externo.

Por outro lado, a abertura financeira promoveu o crescimento dos empréstimos diretos (para o setor privado e público) e a entrada de capital externo. No curto prazo, isso se manifestou de forma positiva, no sentido de que financiava as contas negativas das transações correntes, mas implicou também a elevação do passivo externo líquido e, portanto, o crescimento do serviço desse passivo, em momentos posteriores, o que significou, de forma dinâmica, o aumento da necessidade do financiamento externo para o futuro.

³ Para uma apreciação crítica do processo de reformas chinesas, ver Felipe (2009).

⁴ Se com política econômica ortodoxa de contenção da demanda agregada, ou com algum controle heterodoxo de algum preço-chave, como a taxa de câmbio, por exemplo, é indiferente, desde que a estabilização seja obtida. O neoliberalismo, portanto, não se define no plano de abstração do tipo de política econômica que se implementa. Para tanto, ver Williamson (1990), Williamson (1994), Kuczynski e Williamson (2004) e Carcanholo (2005).

⁵ Explicitamente, a promessa era a de retomar o crescimento e melhorar o perfil distributivo, como pode ser constatado nas referências da nota 4. Entretanto, o que se viu foi justamente o contrário: baixas taxas médias de crescimento e aprofundamento na concentração de renda e riqueza na região, como pode ser constatado em Cano (2000), Carcanholo (2005), Rodrik (2006) e Carcanholo, Filgueiras e Pinto (2009).

A vulnerabilidade externa, representada no caráter estrutural do crescimento da necessidade de financiamento externo, colocou a obrigatoriedade de uma taxa de juros interna muito maior do que as internacionais, como forma de facilitar o fluxo de capitais que possibilitassem o fechamento das contas, definindo um limite estrutural para o crescimento da economia⁶. A inserção internacional passiva das economias da América Latina, dentro da lógica da estratégia neoliberal de desenvolvimento, é o que explica esse resultado pífio no período. O cenário externo extremamente favorável no período 2003-07 apenas escondeu esse agravamento do problema estrutural, que, após o estouro da crise econômica mundial, voltou a se manifestar na Região⁷.

Mas, segundo o pensamento conservador, a América Latina não teria efetuado reformas liberais da mesma forma como supostamente teriam sido aplicadas no caso chinês, o que explicaria o pífio desempenho da economia latino-americana em relação à economia chinesa. Observando mais de perto o caso chinês, contudo, a ideologia neoliberal, mais uma vez, revela-se falaciosa⁸.

Inicialmente, é preciso apontar que a inserção externa, dentro de uma estratégia neoliberal de desenvolvimento, não é sinônimo de abertura dentro de um programa de reformas econômicas. A questão é — como visto — se a trajetória do desenvolvimento econômico seguirá, ou não, os sinais dos preços de mercado, em um ambiente de desregulamentação dos mesmos e, principalmente, o caráter mais ativo ou passivo da inserção externa.

Cunha e Xavier (2009, p. 5), por exemplo, parecem imputar esse maior dinamismo da economia

chinesa a um processo tradicionalmente liberal de abertura, quando afirmam que

[...] a China aumentou de maneira surpreendente sua participação no comércio mundial, e mais do que isso, suas exportações antes concentradas em setores intensivos em recursos naturais e trabalho, com a reforma econômica em 1979, e o aprofundamento do processo de integração com a redução significativa de tarifas de comércio a partir de 1993, passaram a se concentrar nos setores mais intensivos em tecnologia, em detrimento dos setores de produtos primários e manufaturas leves.

De fato, a economia chinesa aumentou substancialmente sua participação na economia e comércio mundiais, e alterou-se significativamente a estrutura de sua pauta exportadora, mas não em razão de uma reforma segundo os preceitos neoliberais.

Segundo Oliveira, Leão e Chernavsky (2010), a política de abertura comercial na China só pode ser entendida a partir da criação de dois distintos regimes de comércio. O primeiro deles, o regime ordinário, concentra-se nas empresas estatais autorizadas a comercializar com o exterior⁹. A partir de 1978, o Governo chinês expandiu o número delas e descentralizou a criação de empresas, sem, contudo descaracterizar a concentração desse regime em empresas estatais submetidas, em última instância, ao planejamento central do Estado. O outro regime de comércio (regime de processamento das exportações) permitiu uma ampliação dos direitos de atuação para empresas de capital misto (cooperativas chinesas em associação com capital externo), mas limitadas a atuar em **zonas especiais**.

Ao contrário do que pensam os neoliberais, a lógica do modelo de abertura chinês não se insere na estratégia neoliberal de desenvolvimento:

[...] de fato, se no regime “ordinário” a preocupação central consistiu em descentralizar e liberalizar as importações sem impedir o desenvolvimento das exportações e das indústrias nascentes, no regime de processamento o principal objetivo foi o de gerar instrumentos capazes de impulsionar as exportações, mantendo o controle do governo chinês sobre o raio de ação das empresas instaladas nas zonas especiais (Oliveira; Leão; Chernavsky, 2010, p. 91).

Em suma, a abertura da economia chinesa caracterizou-se, a partir da década de 80, por uma inten-

⁶ Deve-se destacar também que, além da necessidade estrutural de manter esse diferencial de juros, a operacionalização da política monetária levou, em certos momentos, a um incremento extraordinário do mesmo. Segundo Paulani (2008, p. 143), “[...] a descomunal influência que hoje detêm os interesses rentistas está relacionada à atual fase experimentada pelo capitalismo — a de um movimento de acumulação que se processa sob a dominância da valorização financeira e que torna atraentes as periferias do sistema não mais como alternativas para a expansão industrial, mas como plataformas de ganhos rentistas [...]”. Ainda que o argumento da autora seja específico para o caso brasileiro, não é desprovido estender o mesmo para o resto da América Latina, ainda que em umas economias mais do que para outras.

⁷ Para a relação entre as diferentes conjunturas definidas pela oscilação do cenário externo e a vulnerabilidade externa estrutural das economias na América Latina, ver Carcanholo, Filgueiras e Pinto (2009) e Filgueiras e Gonçalves (2007).

⁸ Sawaya (2011) é uma boa referência para a estratégia chinesa de inserção no capitalismo mundial em clara contraposição à lógica da ideologia neoliberal.

⁹ Maiores detalhes sobre o papel das empresas estatais na estratégia chinesa de desenvolvimento e sua atuação na inserção externa ativa que lhe é correlata podem ser encontrados em Medeiros (1999).

cional promoção das exportações de produtos industriais, especialmente aqueles com alto conteúdo tecnológico. Para isso, o Estado chinês se utilizou de instrumentos de intervenção na economia, contrariando todos os preceitos neoliberais de promoção da abertura externa. Na década seguinte, contrariamente ao que sucedeu hegemonicamente na região latino-americana, as características desse processo foram reforçadas pela ampliação dos investimentos direcionados ao mercado interno, em especial pela criação das chamadas **zonas especiais**, voltadas para a promoção de progresso técnico em produtos direcionados para a exportação, pelo aumento dos investimentos em infraestrutura, e pela liberalização do investimento direto estrangeiro (IDE). Tudo isso subordinado à premissa básica de promoção de exportações de produtos com alto conteúdo tecnológico.

No que se refere aos processos de privatização e o papel do Estado na economia, Medeiros (2006, p. 386) constata que

[...] embora nos anos 90 a meteórica expansão das exportações e dos investimentos privados tenha introduzido novos determinantes ao processo de investimento na China com declínio da participação das empresas estatais no investimento global, o volume dos investimentos estatais no PIB manteve-se num patamar estruturalmente alto e com nítido papel anticíclico. A ampla privatização ocorrida nos anos 90 concentrou-se essencialmente nas pequenas empresas estatais.

O resultado disso para os investimentos em ativos fixos está contido na Tabela 3.

Tabela 3

Participação percentual de investimentos em ativos fixos na China — 1995, 1999 e 2003

DISCRIMINAÇÃO	1995	1999	2003
Empresas estatais	54,4	53,4	38,9
Empresas coletivas	16,4	14,5	14,4
Empresas individuais	12,8	14,0	14,0
Outros tipos (1)	16,4	18,1	32,7

FONTE: Medeiros (2006, p. 400).

(1) Inclui *joint ventures*, com investimento direto externo e empresas com investimento de Hong Kong, Macau e Taiwan.

As formas distintas de inserção internacional podem ser vistas pela especificidade na importância que o setor externo tem em cada economia. Comparando as quatro economias que compõem os BRICs quanto à importância do setor externo, entre 1990 e 2008, Baumann, Araújo e Ferreira (2010, p. 13) concluem que:

[...] é interessante notar, contudo, que o aumento do peso das importações no total da demanda interna superou, em forma expressiva, o aumento da participação das vendas no exterior no total do PIB, tanto no Brasil (115% contra 80%) quanto (ainda mais) na Índia (250% contra 171%). Já na China essa relação é inversa (79% contra 82%), com peso maior da importância relativa das exportações. São modelos distintos de inserção internacional.

Assim, ainda que tanto a América Latina como a China tenham sofrido processos de abertura externa, as distintas lógicas de inserção internacional levaram a resultados completamente diferentes. Enquanto a economia chinesa deliberadamente se voltava para uma inserção externa ativa, as economias da América Latina reprimizavam suas exportações, aprofundavam a vulnerabilidade externa de suas economias e enrijeciam suas restrições estruturais ao crescimento. Observe-se mais de perto, ainda que em linhas gerais, o perfil do comércio exterior chinês em comparação com o da América Latina.

2 Evolução recente e perfil do comércio exterior da China e da América Latina

O caráter protagonista da economia chinesa no cenário mundial, principalmente a partir da primeira década do século XXI, é atestado ainda pelo fato de que a China não só superou a Alemanha no *ranking* de exportações mundiais, mas também se transformou no maior exportador mundial de bens, segundo dados da CEPAL (2010, p. 9). Em 2000, dos US\$ 6,38 trilhões de exportações globais, 12% eram de responsabilidade dos Estados Unidos, 9% da Alemanha, e a China respondia por 4%. Nove anos depois, essa participação, respectivamente, já era de 8%, 9% e 10%, dentro de um total de exportações mundiais que já chegavam a US\$ 12,46 trilhões.

Do ponto de vista de valores absolutos, as exportações chinesas saem de US\$ 62 bilhões em 1990, passam para US\$ 148 bilhões em 1995, e atingem US\$ 249 bilhões no ano 2000. No século XXI a taxa de crescimento das exportações se acelera, sendo que em 2007 seu valor absoluto chega a US\$ 1.220 bilhões e, em 2008, a US\$ 1.430 bilhões. O recuo experimentado no ano seguinte (US\$ 1.201 bilhões) deve-se muito mais ao momento desfavorável da

economia mundial, explicitando ainda os efeitos da crise de 2007-08.

O mesmo processo pode ser percebido no que se refere à evolução das importações chinesas. Se, em 1990, elas eram de US\$ 53 bilhões, esse montante cresce para US\$ 135 bilhões em 1995, para US\$ 225 bilhões em 2000, e acelera-se seu crescimento a partir deste século. Em 2007, as importações chinesas chegaram a US\$ 956 bilhões e, no ano seguinte, a US\$ 1.132 bilhões. A diminuição para US\$ 1.005 bilhões, em 2009, também é explicada pelos efeitos da crise na economia mundial.

Dessa forma, ainda que as taxas de crescimento da economia chinesa tenham sido extremamente substanciais no período, o maior crescimento de exportações e, em menor medida, das importações significa uma elevação da participação do comércio exterior, em relação ao PIB, se comparada com outras regiões do mundo. Os dados da Tabela 4 mostram que, até o ano 2000, a economia chinesa possuía um comércio exterior (exportações mais importações), como proporção do PIB, inferior à média da economia mundial, embora essa relação já estivesse crescendo desde a década de 80. É justamente na primeira década do século XXI que esse cenário se altera.

Tabela 4

Participação percentual do comércio de bens e serviços em regiões e países selecionados — 1980-2006

REGIÃO E PAÍSES	1980	1985	1990
América Latina e Caribe	27,7	27,6	31,5
Brasil	20,4	19,3	15,2
China	21,7	24,0	34,6
Mundo	38,5	38,0	38,3
REGIÃO E PAÍSES	2000	2005	2006
América Latina e Caribe	41,3	46,1	46,4
Brasil	21,7	26,6	25,8
China	44,2	69,3	72,0
Mundo	49,1	54,0	56,8

FONTE: Silva (2010, p. 13).

Uma característica importante desse maior protagonismo da economia chinesa no PIB e comércio mundiais é que essa maior inserção ocorre claramente com uma redução percentual dos produtos primários na pauta exportadora chinesa. A Tabela 5 mostra como esses produtos representavam 20,15% das exportações em 1990, caem para 9,0% em 1995 e para 6,2% em 2000. No século XXI, essa tendência permanece. Os produtos primários representaram

2,3% do total das exportações em 2008 e 2,5% em 2009. Por outro lado, as exportações de manufaturas de média e alta tecnologia, que representavam 26,18% das exportações totais em 1990, elevam essa participação para 31,8% em 1995, para 42% em 2000, atingindo 56% em 2007-08 e, em 2009, representam 58% do total de exportações. Deve-se destacar que essa maior concentração das exportações em manufaturas de média e alta tecnologia ocorre dentro de uma trajetória impressionante de crescimento do total de exportações do País, o que só ressalta a inserção externa diferenciada da economia chinesa no cenário internacional.

Tabela 5

Participação percentual de exportações de bens, por categoria de produto, na China — 1990-2009

DISCRIMINAÇÃO	1990	1995	2000
Produtos primários	20,15	9,01	6,20
Manufaturas baseadas em recursos naturais	11,43	12,05	9,89
Manufaturas de baixa tecnologia	40,16	46,34	41,21
Manufaturas de média tecnologia	20,84	18,85	19,64
Manufaturas de alta tecnologia	5,35	13,01	22,39
Outras transações	2,07	0,67	0,67
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009
Produtos primários	0,30	2,36	2,49
Manufaturas baseadas em recursos naturais	9,33	9,73	8,81
Manufaturas de baixa tecnologia	30,99	30,53	30,11
Manufaturas de média tecnologia	23,29	24,66	23,53
Manufaturas de alta tecnologia	33,60	32,28	34,55
Outras transações	0,49	0,44	0,51

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Do ponto de vista da pauta das importações, conforme a Tabela 6, percebe-se que o seu crescimento acelerado traz consigo o aumento da participação de produtos primários, que girava em torno de 10% do total na década de 90 do século passado, e passa para 24,6% em 2008 e para 22% em 2009. Esse aumento relativo das importações de produtos primários também é observado no que se refere às manufaturas baseadas em recursos naturais, ainda que em menor ritmo. Estas últimas representavam 11,9% do total de importações em 1990 e subiram levemente essa participação para 14,4% em 2009. Ainda que a participação relativa de manufaturas de média e alta tecnologia tenha se mantido relativamente estável no período, deve-se destacar o seu elevado percentual,

em torno de 60% até 2007, caindo levemente a partir daí.

Dessa forma, conclui-se que, dentro do processo de elevado crescimento das exportações e importações chinesas neste século, a estrutura da pauta de comércio também se alterou, mostrando um crescimento da participação de exportações de produtos manufaturados com médio e alto conteúdo tecnológico, ao mesmo tempo em que as importações se especializaram em produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais.

Tabela 6

Participação percentual de importações de bens, por categoria de produto, na China — 1990-2009

DISCRIMINAÇÃO	1990	1995	2000
Produtos primários	10,78	10,33	13,70
Manufaturas baseadas em recursos naturais	11,90	13,91	15,21
Manufaturas de baixa tecnologia	17,03	14,94	11,55
Manufaturas de média tecnologia	45,93	42,05	30,37
Manufaturas de alta tecnologia	13,41	17,42	28,04
Outras transações	0,96	0,99	1,13
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009
Produtos primários	18,84	24,66	22,01
Manufaturas baseadas em recursos naturais	14,03	14,11	14,48
Manufaturas de baixa tecnologia	6,40	5,78	5,71
Manufaturas de média tecnologia	25,23	23,86	25,30
Manufaturas de alta tecnologia	34,98	30,97	31,90
Outras transações	0,51	0,62	0,61

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Com isso, a questão que resta é a identificação de origem e destino desse maior fluxo comercial da economia chinesa, relacionando isso com a especialização de exportações e importações conforme o tipo de produto.

Inicialmente, deve-se constatar que a taxa de crescimento do fluxo de comércio chinês (exportações e importações) com América Latina e Caribe, durante a primeira década do século XXI, foi o dobro da taxa de crescimento desse comércio com a economia global. Segundo a CEPAL (2010, p. 08),

[...] la participación de América Latina y El Caribe sigue aumentando hasta alcanzar el 6% tanto de las exportaciones como de las importaciones chinas. Esto muestra que está creciendo, pero desde un nivel aún reducido.

De fato, pelos dados da Tabela 7, a taxa de crescimento das exportações chinesas para América Latina e Caribe supera a média mundial desde 1990 e,

mesmo no período que abarca a crise atual da economia mundial, esse crescimento se manteve nesses patamares.

No que se refere às importações, a Tabela 8 mostra que América Latina e Caribe passam a apresentar um crescimento de suas exportações para a China maior do que a média da economia mundial a partir da segunda metade da década de 90 do século passado. Já na primeira década deste século, a taxa de crescimento médio anual das importações chinesas, com origem nessa região (37,4%), passa a ser maior do que a média mundial (24%). Na segunda metade dessa década, o diferencial nas taxas de crescimento se reduz um pouco, mas ainda é bastante expressivo (22,8% para América Latina e Caribe e 11,7% para a média mundial).

Tabela 7

Taxa de crescimento médio anual das exportações, por sócios, da China — 1990-2009

REGIÕES	1990-95	1995-2000	2000-05	2005-09
América Latina e Caribe	32,2	17,8	26,8	26,1
Ásia-Pacífico	26,5	9,3	20,3	11,6
EUA	36,7	16,1	25,6	10,2
União Europeia	26,3	15,0	28,8	14,9
Resto do mundo	8,6	7,1	26,6	14,3
Mundo	19,1	10,9	25,0	13,4

FONTE: CEPAL (2010, p. 8).

Tabela 8

Taxa de crescimento médio anual das importações, por sócios, da China — 1990-2009

REGIÕES	1990-95	1995-2000	2000-05	2005-09
América Latina e Caribe	14,5	12,7	37,6	22,8
Ásia-Pacífico	32,4	12,2	23,9	7,1
EUA	19,7	6,8	16,8	10,2
União Europeia	18,2	7,6	18,8	14,4
Resto do mundo	11,2	13,4	26,8	14,5
Mundo	19,9	11,3	24,0	11,7

FONTE: CEPAL (2010, p. 8).

Vale apontar que a estrutura da pauta comercial da China apresentava uma especialização de suas exportações em *commodities* na década de 80 do século passado, enquanto algumas economias da América Latina exportavam alguns produtos com conteúdo manufaturado. De lá para cá, essa tendência se inverteu e, conforme Tepassé e Carvalho (2010, p. 2).

[...] a China tornou-se um grande consumidor de commodities, principalmente minérios, combustíveis minerais e grãos oleaginosas... o déficit de produtos não-industrializados cresceu 113 vezes em 1998-2008, enquanto o superávit em produtos de alta tecnologia incorporada subiu 55 vezes e o setor de média-alta tecnologia passou de um déficit de US\$ 17,45 bilhões para um superávit de US\$ 37,95 bilhões.

Caracterizada a evolução e a especialização do fluxo de comércio chinês nas últimas décadas, é preciso observar agora como se deu esse processo na América Latina, que, como visto, se tornou um dos sócios comerciais mais atuantes com esse país no século XXI.

No caso de América Latina e Caribe, a mesma Tabela 4 evidencia que, embora tenha crescido desde 1985, a soma das exportações e importações como proporção do PIB sempre esteve abaixo da média mundial. Além disso, como se observa na Tabela 9, as exportações dessa região representavam 4,3% do total mundial em 1980 e, ainda que tenham crescido um pouco no final do século passado, atingindo 4,8% do total mundial em 2000, voltam a 4,3% em 2008, parcela duas vezes inferior à participação chinesa. Esta última cresce de maneira expressiva em todo o período e atinge 8,7% das exportações globais em 2008, valor superior ao dos EUA.

Tabela 9

Participação nas exportações globais,
por sócios, da China — 1980-2008

	(%)		
REGIÕES E PAÍSES	1980	1985	1990
Economias avançadas	66,9	71,9	80,1
Estados Unidos	11,2	11,3	11,7
União Europeia	38,2	37,3	42,6
Economias em desenvolvimento	33,1	28,1	19,9
China	0,9	1,4	1,8
Índia	0,4	0,5	0,5
América Latina e Caribe	4,3	4,2	3,4
Brasil	1,0	1,3	0,9
REGIÕES E PAÍSES	1995	2000	2008
Economias avançadas	76,9	72,6	63,0
Estados Unidos	11,3	12,1	8,2
União Europeia	38,8	38,1	38,2
Economias em desenvolvimento	23,1	27,4	37,0
China	2,9	3,9	8,7
Índia	0,6	0,7	1,1
América Latina e Caribe	3,5	4,8	4,3
Brasil	0,9	0,9	1,2

FONTE: Silva (2010, p. 14).

Os países que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul), por sua vez, apresentaram um total de exportações de US\$ 46 bilhões em 1990 e atingiram US\$ 161 bilhões em 2009, um crescimento baixo para esse período notadamente se comparado ao caso chinês. Desse total, 17,7%, em 1990, tinham como destino América Latina e Caribe, e 1,4% para a China. Já em 2009, 23,9% das exportações se destinavam para países da própria América Latina e Caribe e 12,6% para a China, o que mostra o crescimento do comércio intrarregional e o crescente papel da China como destino de exportações dessa região.

No que se refere às importações do Mercosul, dos US\$ 29,3 bilhões em 1990, 19,2% tinham como origem os EUA; 6,9%, o Japão; e apenas 0,8%, a China. Já em 2009, ainda que os EUA continuem sendo a principal origem das importações do Mercosul, com 14,9% do total de US\$ 141,5 bilhões, a China já ocupa 13,2%, e o Japão, apenas 4,0%. A variação absoluta das importações do Mercosul com origem na China também é impressionante. Se, em 1990, a Região importou US\$ 241 milhões da China, em 2009 esse valor atingiu cerca de US\$ 18,8 bilhões. A principal origem das importações das economias do Mercosul, em 2009, ainda é a América Latina e Caribe (US\$ 29,9 bilhões), seguida pela União Europeia (US\$ 29,2 bilhões) e EUA (US\$ 21 bilhões).

Considerando algumas das principais economias sul-americanas, a partir das Tabelas 10 e 11, constata-se o crescimento do total de exportações e importações de Argentina, Brasil e Chile¹⁰ entre 1990 e 2009, mas sem comparação com as taxas de crescimento do comércio externo chinês. Especificamente em termos de exportações, percebe-se que a economia argentina um pouco mais do que dobra o seu valor na última década do século passado, mantendo essa taxa de crescimento para a década seguinte. Já o Brasil nem chega a dobrar o valor do total de suas exportações na década de 90 do século passado, mas ele quase se quintuplica na década seguinte em relação à anterior. A economia chilena, por seu turno, tem um crescimento de suas exportações em 113% nos anos 90 do século passado, o que é acelerado na década seguinte. Entre 2000 e 2009, o total de exportações chilenas cresceu 195%.

¹⁰ A escolha de Brasil e Argentina justifica-se, obviamente, por serem as principais economias da América do Sul. O caso chileno, ainda que com um PIB inferior ao da Colômbia e ao da Venezuela, se justifica por mostrar um elevado coeficiente de seu comércio exterior em relação ao PIB e por apresentar uma maior relação comercial com Brasil e Argentina.

As importações dessas economias sul-americanas apresentam uma evolução diferenciada. A Tabela 11 mostra que a Argentina multiplica o seu total de importações por um valor maior do que seis durante a década de 90, e Brasil e Chile mais do que dobram os seus respectivos totais de importações. Na primeira década deste século, a Argentina dobra suas importações, enquanto Brasil e Chile apresentam um crescimento um pouco superior, mas nada comparado ao que se observa, como visto, no caso da China.

Tabela 10

Total de exportações de Argentina, Brasil e Chile — 1990-2009

(US\$ milhão)			
PAÍSES	1990	1995	2000
Argentina	12.352	20.963	26.341
Brasil	31.411	46.505	55.119
Chile	8.522	15.901	18.215
PAÍSES	2007	2008	2009
Argentina	55.780	70.021	55.669
Brasil	160.649	197.942	152.995
Chile	65.739	69.085	53.732

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Tabela 11

Total de importações de Argentina, Brasil e Chile — 1990-2009

(US\$ milhão)			
PAÍSES	1990	1995	2000
Argentina	4.077	20.122	25.280
Brasil	22.459	53.734	55.851
Chile	7.022	14.903	16.620
PAÍSES	2007	2008	2009
Argentina	44.707	57.422	40.293
Brasil	120.621	173.197	127.647
Chile	42.732	58.173	42.427

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Com essas linhas gerais sobre a evolução e o perfil do comércio externo da economia chinesa comparado com o ocorrido em algumas das principais economias da América do Sul, trata-se agora de especificar um pouco melhor a origem e o destino dos fluxos comerciais destas últimas, assim como avançar na caracterização da estrutura tecnológica dos produtos que compõem suas pautas. Isso tudo em função da forma como se deu a inserção externa dessas economias nas últimas décadas, e do papel marcante da China como parceiro comercial mais dinâmico, conforme o resultado obtido até aqui.

Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 63-80, 2013

3 Composição dos fluxos de comércio de Argentina, Brasil e Chile

Nesta seção, procura-se analisar a evolução nas últimas décadas do destino e/ou origem das exportações e importações e da composição por tipo de produto das mesmas em relação a Argentina, Brasil e Chile. O objetivo é constatar, em primeiro lugar, o papel crescentemente protagônico da China no fluxo de comércio dessas economias. Em segundo lugar, pretende-se explicitar o tipo de produto que vem caracterizando essa maior participação da economia chinesa nessas economias.

3.1 Composição dos fluxos de comércio por origem e destino

As Tabelas 12, 13 e 14 mostram as exportações de Argentina, Brasil e Chile por destino, conforme o percentual de participação de alguns mercados. Algumas características da evolução dessa participação, desde 1990, são importantes. Em primeiro lugar, observa-se o crescimento da participação de América Latina e Caribe como destino das exportações das três economias, ainda que de forma menos acentuada, no caso chileno. Para Brasil e Argentina, essa região passa a ser o principal destino das exportações neste século XXI, superando a União Europeia, que liderava esse *ranking* no início da década de 90 do século passado. A economia chilena ainda tem a Ásia como principal destino, tendo, inclusive, a participação desse mercado crescido desde 1990, mas a região da América Latina e Caribe também apresentou crescimento na sua participação. Essa primeira característica na evolução do destino das exportações atesta o fato de que o comércio intrarregional se expandiu de forma considerável, no período.

Uma segunda característica importante é a redução dos Estados Unidos e da União Europeia como destino das exportações para as três economias. Neste último caso, em 2009, a participação ainda é elevada (17,4% para Argentina, 21,4% para Brasil e 16,9% para Chile), mas bem inferior ao que foi no início do período. No que se refere aos Estados Unidos, é marcante a redução de sua importância como destino das exportações dessas economias. A

terceira característica importante é o crescimento do Resto do mundo ao longo do período, notadamente para os casos brasileiro, que sai de uma participação de 14,7% em 1990 e chega, em 2009, com cerca de 23%, e chileno, que evolui de 6,4% para 11,7% nesse mesmo período.

Por último, deve-se destacar o forte crescimento da China como destino das exportações dessas economias, confirmando para esses casos o que já se constatou para a região da América Latina e Caribe como um todo. Para a Argentina, a participação de 6,6%, em 2009, da China como destino das exportações se equipara à participação dos Estados Unidos e, ao longo da primeira década deste século, já fora superior, ao mesmo tempo em que desbanca a liderança do Japão dentro da região asiática, o que era marcante no início da década de 90 do século passado. Esta última característica também é observada para os casos brasileiro e chileno, mas de forma mais gritante para o último. Para esses dois casos, a participação chinesa como destino das exportações já desbanca os Estados Unidos, notadamente para o caso chileno, que, em 2009, tinha 23,2% de suas exportações destinadas à China e 11,3% para os Estados Unidos.

Tabela 12

Percentual de exportações, por destino, da Argentina — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	27,4	47,2	48,1
Estados Unidos	13,8	8,6	12,0
União Europeia	30,8	21,4	17,7
Ásia 12 (1)	10,0	10,2	8,2
China	2,0	1,4	3,0
Japão	3,2	2,2	1,4
Resto do mundo	18,0	12,6	14,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0
DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	40,5	39,4	42,3
Estados Unidos	7,8	7,9	6,6
União Europeia	16,4	17,7	17,4
Ásia 12 (1)	15,8	14,2	13,5
China	9,3	9,1	6,6
Japão	1,2	0,7	0,9
Resto do mundo	19,5	20,9	20,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

Tabela 13

Percentual de exportações, por destino, do Brasil — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	11,6	22,7	24,8
Estados Unidos	24,6	18,9	24,3
União Europeia	32,4	27,8	26,9
Ásia 12 (1)	16,7	17,0	11,3
China	1,2	2,6	2,0
Japão	7,5	6,7	4,5
Resto do mundo	14,7	13,6	12,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0
DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	25,4	25,2	22,5
Estados Unidos	15,8	14,0	10,3
União Europeia	24,2	22,6	21,4
Ásia 12 (1)	15,0	18,5	23,0
China	6,7	8,3	13,2
Japão	2,7	3,1	2,8
Resto do mundo	19,6	19,7	22,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

Tabela 14

Percentual de exportações, por destino, do Chile — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	12,65	19,41	21,89
Estados Unidos	16,76	13,45	16,51
União Europeia	38,31	26,67	24,76
Ásia 12 (1)	25,86	33,96	28,66
China	0,40	1,80	4,95
Japão	16,24	17,86	13,98
Resto do mundo	6,42	6,51	8,16
TOTAL	100,0	100,0	100,0
DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	16,68	19,42	16,34
Estados Unidos	12,81	11,28	11,28
União Europeia	23,45	23,45	16,89
Ásia 12 (1)	36,47	35,31	43,74
China	15,18	14,26	23,24
Japão	10,79	10,47	9,20
Resto do mundo	10,59	10,54	11,75
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

No que se refere às importações dessas três economias, pode-se perceber a maior importância da economia chinesa como origem dos produtos, mas com menor participação, em 2009, quando comparada com a participação chinesa como destino das exportações das três economias nacionais em análise. Mesmo assim, o crescimento mais significativo na participação da China como fornecedor das importações se deu no caso argentino, que saiu de 0,8% em 1990, chegou a 11% em 2007 e atingiu 13,4% em 2009, mesmo percentual dos Estados Unidos.

Tabela 15

Percentual de exportações, por destino, da Argentina — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	33,1	29,2	34,3
Estados Unidos	20,1	20,9	18,9
União Europeia	27,4	29,9	22,9
Ásia 12 (1)	11,6	12,3	14,6
China	0,8	3,0	4,6
Japão	4,4	3,5	4,0
Resto do mundo	7,7	7,6	9,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	42,2	41,4	38,6
Estados Unidos	11,9	12,2	13,4
União Europeia	15,6	14,6	16,1
Ásia 12 (1)	19,1	19,8	21,4
China	11,4	12,4	13,4
Japão	2,7	2,4	2,4
Resto do mundo	11,2	12,0	10,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

Para a economia brasileira, a participação chinesa como origem de suas importações saiu de 0,9% em 1990, cresceu levemente ao longo dessa década e acelerou no primeiro decênio do século XXI. Em 2007, ela já representava de 10,5% do total de importações, o que cresce, em 2009, para 12,5%.

Tabela 16

Percentual de importações, por origem, do Brasil — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	17,7	20,7	21,3
Estados Unidos	20,1	23,7	23,3
União Europeia	21,7	27,9	25,2
Ásia 12 (1)	10,6	13,9	15,2
China	0,9	0,8	2,2
Japão	7,2	5,1	5,3
Resto do mundo	29,9	13,8	15,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	17,4	16,4	17,7
Estados Unidos	15,7	14,9	15,8
União Europeia	21,4	19,9	22,1
Ásia 12 (1)	24,1	25,6	26,9
China	10,5	11,6	12,5
Japão	3,8	3,9	4,2
Resto do mundo	21,4	23,2	17,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

As importações da economia chilena tinham como origem a China apenas em 0,8% de seu total em 1990. Duas décadas depois, essa participação atingiu 11,8%, patamar inferior à participação de outras regiões, mas com um distanciamento muito menor em relação a elas do que no começo do período em análise.

Tabela 17

Percentual de importações, por origem, do Brasil — 1990-2009

DESTINOS	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	24,81	27,57	35,78
Estados Unidos	19,54	25,45	19,69
União Europeia	26,80	21,17	17,09
Ásia 12 (1)	13,73	18,03	16,93
China	0,81	2,62	5,71
Japão	8,09	6,80	4,22
Resto do mundo	15,12	7,78	10,50
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DESTINOS	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	33,23	32,19	29,68
Estados Unidos	17,02	19,89	16,77
União Europeia	13,70	11,93	14,85
Ásia 12 (1)	25,56	25,46	22,55
China	11,42	11,98	11,78
Japão	3,70	4,81	3,10
Resto do mundo	10,48	10,54	16,16
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIGCI (CEPAL, 2012).

(1) Na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros de Ásia. Ver: <<http://www.cepal.org/comercio>>.

De um ponto de vista mais geral, a evolução das importações das três economias sul-americanas em análise não mostra, como no caso das exportações, uma maior participação do comércio intrarregional, isto é, a América Latina e Caribe não cresceram tanto sua importância, enquanto origem das importações de Argentina, Brasil e Chile, como o que se observou em termos de destino de suas exportações. Uma característica que se repete — e que deve ser destacada — é que, assim como no caso das exportações, o papel dos Estados Unidos como origem das importações dessas três economias é decrescente. O mesmo pode ser dito no tocante à União Europeia, excluindo o caso da economia brasileira.

Identificada essa profunda modificação na estrutura da composição dos fluxos de comércio de Argentina, Brasil e Chile por origem e destino de importações e exportações, resta avaliar essas variáveis por categoria de produto, a fim de identificar a especialização na inserção externa comercial dessas economias.

3.2 Composição dos fluxos de comércio por tipo de produto

Muito se comenta atualmente sobre o processo de reprimarização das exportações pelo qual passa a América Latina na primeira década do século XXI¹¹. Esse processo seria consequência da inserção externa passiva, fruto do amplo processo de abertura externa que as economias da Região sofreram acentuadamente na década anterior, dentro das estratégias neoliberais de desenvolvimento implementadas.

As Tabelas 18, 19 e 20 evidenciam a forte especialização das exportações em produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais para as três economias sul-americanas aqui analisadas.

É preciso frisar, no entanto, que a participação desses produtos no total de exportações, no período 1990-2009, sempre foi preponderante nas economias argentina e chilena. Portanto, para esses dois casos, o mais correto não seria sustentar que ocorreu um processo de reprimarização das exportações, mas, sim, de manutenção da forte dependência histórica dessas economias da exportação de produtos primários e baseados em recursos naturais.

Para o caso da Argentina, por exemplo, a Tabela 18 evidencia que, em 1990, 75,4% de suas exportações estavam sustentados nesses dois tipos de produto. Esse percentual se reduz consideravelmente até 2000 e, a partir daí, se mantém até atingir 67% em 2009. Essa redução se dá em função do aumento da participação das exportações de manufaturas de média tecnologia, muito em razão do crescimento do comércio intrarregional no período considerado. Entretanto, mesmo esse percentual menor ainda indica um valor absoluto extremamente elevado, mantendo a economia argentina sob forte dependência desses mercados mais primários.

Tabela 18

Percentual de exportações, por categoria de produto, da Argentina — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	44,1	43,8	46,6
Manufaturas baseadas em recursos naturais	31,3	25,9	22,1
Manufaturas de baixa tecnologia	12,0	12,0	8,3
Manufaturas de média tecnologia	10,6	15,8	17,0
Manufaturas de alta tecnologia	1,8	1,9	3,3
Outras transações	0,3	0,6	2,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	43,1	43,4	44,6
Manufaturas baseadas em recursos naturais	26,2	25,2	22,4
Manufaturas de baixa tecnologia	5,3	4,3	4,1
Manufaturas de média tecnologia	20,1	20,8	21,4
Manufaturas de alta tecnologia	2,3	2,8	3,2
Outras transações	3,0	3,5	4,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

A Tabela 19 mostra que a economia brasileira, de fato, sofreu um processo de reprimarização de suas exportações entre 1990 e 2009. Naquele ano, 28,91% das exportações correspondia a produtos primários. Em 2009, esse percentual chegou a 41,8%. As exportações baseadas em recursos naturais mantiveram sua participação no patamar de 20%, chegando a superar, em 2009, a participação das exportações de manufaturas de média tecnologia.

¹¹ Para maiores detalhes sobre esse processo, ver Gonçalves (2001), Gonçalves *et al.* (2009) e, especificamente para o caso brasileiro, ver Filgueiras e Gonçalves (2007, cap.2).

Tabela 19

Percentual de exportações, por categoria de produto, do Brasil — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	28,1	23,9	23,9
Manufaturas baseadas em recursos naturais	25,9	29,6	23,7
Manufaturas de baixa tecnologia	14,7	14,4	12,1
Manufaturas de média tecnologia	25,7	26,5	25,1
Manufaturas de alta tecnologia	4,3	3,5	12,5
Outras transações	1,3	2,2	2,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	33,4	38,3	41,8
Manufaturas baseadas em recursos naturais	22,8	20,4	22,0
Manufaturas de baixa tecnologia	8,5	6,9	6,7
Manufaturas de média tecnologia	24,8	24,5	19,0
Manufaturas de alta tecnologia	7,2	6,9	6,9
Outras transações	3,2	3,0	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Já a economia chilena, ainda que não tenha alterado significativamente a composição de sua pauta exportadora ao longo do período, manteve a brutal especialização de suas exportações nesses dois tipos de produto, notadamente nas manufaturas baseadas em recursos naturais. O caso chileno é explicado pela forte dependência que toda a sua economia tem em relação ao desempenho do cobre nos mercados internacionais.

Tabela 20

Percentual de exportações, por categoria de produto, do Chile — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	31,84	35,03	34,32
Manufaturas baseadas em recursos naturais	57,97	53,25	51,70
Manufaturas de baixa tecnologia	2,35	2,83	3,00
Manufaturas de média tecnologia	2,98	4,08	5,95
Manufaturas de alta tecnologia	0,57	0,35	0,68
Outras transações	4,29	4,47	4,34
TOTAL	100,00	100,00	100,00
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	37,12	35,66	36,01
Manufaturas baseadas em recursos naturais	53,43	52,97	52,43
Manufaturas de baixa tecnologia	1,40	1,59	1,61
Manufaturas de média tecnologia	4,52	4,94	4,24
Manufaturas de alta tecnologia	0,38	0,45	0,51
Outras transações	3,15	4,40	5,20
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 63-80, 2013

Dessa forma, as três economias analisadas apresentam, na primeira década do século XXI, uma elevada participação de produtos primários e baseados em recursos naturais em suas exportações totais. Especificamente no que se refere à economia brasileira, isto se deu após um processo de reprimarização de sua pauta exportadora, em virtude de inserção externa regressiva que diminuiu a participação de produtos com maior conteúdo tecnológico em suas exportações.

No que se refere à composição da pauta importadora argentina, a Tabela 21 mostra que cresceu a participação dos produtos manufaturados com algum conteúdo tecnológico, expressivamente as manufaturas de alta tecnologia. Esse item sai de 14,7% do total de importações em 1990 e chega a 21% em 2009, valor ainda inferior às manufaturas de média tecnologia.

Tabela 21

Percentual de importações, por categoria de produto, da Argentina — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	18,4	6,3	5,9
Manufaturas baseadas em recursos naturais	18,9	18,1	16,4
Manufaturas de baixa tecnologia	7,9	12,7	13,5
Manufaturas de média tecnologia	39,2	43,7	38,7
Manufaturas de alta tecnologia	14,7	17,9	22,9
Outras transações	0,8	1,3	2,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	5,9	7,9	5,8
Manufaturas baseadas em recursos naturais	16,1	17,3	15,6
Manufaturas de baixa tecnologia	10,8	10,7	12,3
Manufaturas de média tecnologia	46,9	45,5	43,2
Manufaturas de alta tecnologia	18,3	16,9	21,0
Outras transações	2,0	1,6	2,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

A economia brasileira, por sua vez, apresentou forte redução da participação de produtos primários e baseados em recursos naturais em sua pauta importadora, considerado o período entre 1990 e 2009. Ao mesmo tempo, cresceu a participação de importações de produtos com baixa, média e alta tecnologia. Em 2009, esses três itens representavam 67,8% do total das importações brasileiras. Em 1990, esse percentual era de 47,2% do total de importações. Claramente, ocorreu um processo de especialização na pauta importadora com viés de crescimento da participação dos produtos com maior conteúdo tecnológico nas importações.

Tabela 22

Percentual de importações, por categoria de produto, do Brasil — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	35,2	15,5	14,9
Manufaturas baseadas em recursos naturais	43,8	22,5	20,1
Manufaturas de baixa tecnologia	5,7	8,2	6,4
Manufaturas de média tecnologia	27,1	37,1	33,7
Manufaturas de alta tecnologia	14,4	16,0	24,4
Outras transações	0,5	0,7	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	18,3	18,5	15,3
Manufaturas baseadas em recursos naturais	18,7	18,7	16,7
Manufaturas de baixa tecnologia	7,4	7,7	9,0
Manufaturas de média tecnologia	33,8	36,0	37,7
Manufaturas de alta tecnologia	14,7	18,9	21,1
Outras transações	7,0	0,2	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

Tabela 23

Percentual de importações, por categoria de produto, do Chile — 1990-2009

CATEGORIAS	1990	1995	2000
Produtos primários	17,09	13,88	21,22
Manufaturas baseadas em recursos naturais	12,76	13,17	13,74
Manufaturas de baixa tecnologia	10,99	15,14	15,55
Manufaturas de média tecnologia	46,10	44,29	33,95
Manufaturas de alta tecnologia	11,35	11,62	14,00
Outras transações	1,69	1,89	1,54
TOTAL	12,76	13,17	13,74
CATEGORIAS	2007	2008	2009
Produtos primários	23,91	24,09	19,94
Manufaturas baseadas em recursos naturais	20,15	22,39	17,16
Manufaturas de baixa tecnologia	12,27	12,08	11,45
Manufaturas de média tecnologia	31,87	30,44	28,96
Manufaturas de alta tecnologia	11,18	10,31	11,93
Outras transações	0,62	0,68	10,56
TOTAL	20,15	22,39	17,16

FONTE: SIGCI (CEPAL, 2012).

A Tabela 23, por sua vez, apresenta a evolução das importações por categoria de produto no caso da economia chilena. Não se constata, nesse caso, um processo tão claro quanto nos outros dois. Notadamente, reduziu-se consideravelmente a participação de produtos manufaturados de média tecnologia, enquanto aqueles com baixa e alta tecnologia mantiveram

suas participações no período. Outrossim, os produtos primários elevaram sua parcela no total de importações, saindo de 17% em 1990 para 24% em 2008, sofrendo leve redução no ano seguinte. Mesmo assim, em 2009, mais de 52% das importações chilenas era composto por manufaturas de baixa, média e alta tecnologia.

O que as Tabelas 21, 22 e 23 mostram é que, paralelamente ao processo de reprimarização das exportações, a pauta importadora desses três países sinaliza a sua especialização em produtos com conteúdo tecnológico, seja de baixa, média ou alta tecnologia. Os dois processos em conjunto demonstram que a inserção externa dessas economias evidencia um caráter regressivo, muito em função das estratégias de desenvolvimento, com base no ideário liberal de abertura externa, adotadas hegemonicamente a partir da década de 90 do século passado. O que ocorreu nessas três economias sinaliza o padrão de especialização característica da América Latina como um todo nesse período.

Conclusão

Este trabalho mostrou que a crescente importância da economia chinesa no mundo veio acompanhada de uma mudança significativa da forma de sua inserção externa que, deliberadamente, e de forma contrária à estratégia neoliberal de desenvolvimento, procurou ampliar suas exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico e diminuir a participação das exportações de produtos primários.

Ao mesmo tempo, constatou-se que a economia chinesa, no mesmo período, cresceu sua participação enquanto parceiro comercial da América Latina e, em específico, de economias como Argentina, Brasil e Chile. Estas últimas, com suas especificidades, estão inseridas dentro de um processo de reprimarização das exportações que caracteriza a Região, juntamente com o crescimento das importações de produtos com maior conteúdo tecnológico.

Conclui-se, portanto, que, mantidas as características dessa reestruturação nas relações comerciais da Região com a maior participação chinesa, e dada a conformação da inserção externa mais ativa desta última economia, o padrão de especialização no fluxo de comércio latino-americano pode acentuar o caráter regressivo de sua inserção externa. Isso apenas poderá ser revertido com uma mudança estrutural na estratégia de desenvolvimento da América Latina.

Referências

- BAUMANN, R.; ARAÚJO, R.; FERREIRA, J.. As Relações Comerciais do Brasil com os demais BRICs. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010. P. 13.
- CANO, W.. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CARCANHOLO, M. D.. **A Vulnerabilidade Econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90**. Aparecida: Ideias & Letras, 2005.
- CARCANHOLO, M.D.; FILGUEIRAS, L.; PINTO, E.C.. A ALCA (ainda) não faleceu: alternativas reais para a América Latina e Caribe. In: ESTAY, J. (Coord.). **La Crisis Mundial y sus Impactos en América Latina**. Puebla: BUAP, 2009.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) **Sistema Interativo Gráfico de Dados de Comercio Internacional (SIGCI)**. 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/comercio/SIGCI/>>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica**. Santiago: CEPAL, 2010.
- CUNHA, S.; XAVIER, C.. O Comércio Exterior Chinês no Período Recente: evolução, estrutura e especialização. **Boletim NEIT - Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia**, Campinas, n. 13, p. 5-13, abr./maio, 2009.
- FELIPE, P. C. N.. **O Sonho do Quarto Vermelho: revolução e reformas na China contemporânea**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Economia, UFF, Niterói, 2009.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R.. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GONÇALVES, R. *et al.* Vulnerabilidad Estructural Externa en América Latina. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. (Comp.). **Los Condicionantes de la Crisis en América Latina: inserción internacional y modalidades de acumulación**. Buenos Aires, Glacso Libros, 2009.
- GONÇALVES, R.. Competitividade Internacional e Integração Regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, 2001. (Edição especial).
- KUCZYNSKI, P. P.; WILLIAMSON, J.. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MEDEIROS, C. A.. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul/set. 2006.
- MEDEIROS, C. A.. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MILANOVIC, B.. **Worlds Apart: measuring international and global inequality**. Princeton: Princeton University, 2005.
- OLIVEIRA, I. T. M.; LEÃO, R. P. F.; CHERNAVSKY, E.. A Inserção no Comércio Internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In: BAUMANN, R. (Org.) **O Brasil e os demais BRICs — comércio e política**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010. P. 91.
- PAULANI, L. M.. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RODRIG, D.. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: learning from a decade of reform. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 45, p. 973-987, Dec 2006.
- SAWAYA, R. R.. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, São Paulo, n. 28, p. 5-35, fev. 2011.
- SILVA, A. C. M.. O Expresso do Oriente: redistribuindo a produção e o comércio globais. **Observatório da Economia Global**, Campinas, n. 2, abr. 2010.
- TEPASSÊ, A. C.; CARVALHO, C. E.. Efeitos da Ascensão da China sobre as Exportações Brasileiras para EUA e América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15, 2010, São Luis. **Anais...** Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2010. p. 2.

WILLIAMSON, J.. **Latin American Adjustment**. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, J.. **The Political Economy of Policy Reform**. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1994.

